

O Direito à liberdade ética

Daniel Serrão

Agradeço ao Prof. Teixeira Fernandes o convite para intervir neste debate porque não sendo eu sociólogo nem cultor de outras ciências humanas, deverei considerar-me incompetente para o tratamento do tema. E sou. Ter sido convidado, portanto, é uma distinção, é uma atribuição de competência que tem de ser agradecida. Mas, para o bem dos que me vão ouvir, eu não devia ter aceite esta distinção.

Direi já, quase como se estivesse a introduzir o tema, que dei um mau uso ao meu direito à liberdade ética. Porque este direito não é absoluto.

Vamos então ao tema.

Seria despropositado que, neste ambiente de ciências humanas e sociais, eu dissertasse sobre o sentido que a palavra *ethos*, teria, para a inteligência grega que a inventou, no tempo em que a inventou; ou que eu lavrasse, com facúndia inútil, o campo da evolução semiótica desta palavra, semeando nele comparações com idêntica evolução semiótica, e também semântica, de palavras gregas suas contemporâneas, como *caos*, *logos*, *bios* ou *pathos*: ou que, finalmente, em desespero de causa, trouxesse à colação as sombrias dissertações de quantos, no decurso dos últimos três séculos, confundindo, de certo intencionalmente, ética com moral religiosa, social ou política, pretenderam — e conseguiram, em muitas ocasiões — acorrentar o homem a ideologias de submissão a poderes legitimados por essa intencional confusão de géneros.

Não seguirei nenhum destes três caminhos.

Pisarei o terreno que conheço da ética relacional, da ética em situação. Nesta situação em que cada homem é um com o outro, com o absolutamente outro - que me olha e me compromete e me responsabiliza, na feliz e rigorosa expressão de Emmanuel Lévinas no seu livro que marca este Século, "Totalité et infini".

Assim sendo, direi:

A ética, substantivo, *ethics* na língua inglesa, é o nome dado a uma categoria do pensamento reflexivo dos seres humanos.

Como categoria do pensamento é uma qualidade do exercício mental que é praticado sobre os conteúdos da auto-consciência.

Estes conteúdos são representações do mundo, directas umas simbólicas outras, construídas pela activação de todas as capacidades do conhecimento sensível, cujo resultado é memorizado, organizado e evocável.

Receber, memorizar, organizar e evocar os dados do conhecimento sensível são, no homem actual, funções do sistema nervoso central com relevo para o córtex cerebral.

A ética é, portanto, uma categoria do pensamento humano, um *modus operandi*, como a lógica, e possibilita que os seres humanos tomem decisões após ponderação de valores.

Os valores, quer sejam materiais como, por exemplo, o dinheiro que é um valor quantificável, quer sejam não-materiais, abstractos, como a beleza, dificilmente quantificável, existem como conteúdos da auto-consciência. Estão nela representados por palavras, mas estas palavras não são afectivamente neutras, não têm idêntica representação na inteligência emocional de cada um.

A esta diferença corresponde um diferente grau de motivação de cada valor para orientar e influenciar a minha decisão.

Dito de outra forma: quando eu interiorizo um valor, memorizando a palavra que o representa, atribuo-lhe uma carga afectiva a qual depende da estrutura e características da minha auto-consciência, do meu eu, no momento em que interiorizo cada valor.

Esta carga afectiva que condiciona a força desse valor como elemento motivador das minhas decisões, não é, porém, definitiva e imutável. Muito pelo contrário, consoante o tempo, que passa, e as circunstâncias, que evoluem, eu vou atribuindo a cada valor uma carga afectiva mais ou menos positiva, mais ou menos negativa.

Voltando a referir o exemplo do dinheiro, todos temos a experiência de como este valor se apresenta à auto-consciência com diferente carga afectiva no tempo e, portanto, com diferente capacidade para motivar as nossas decisões. O mesmo poderia dizer de todos os outros valores, até do valor vida que sempre pensamos ser, sem flutuações, o primeiro de todos os valores para todos os seres humanos vivos e que, no entanto, pode ser subordinado a valores de natureza religiosa ou política; os mártires cristãos do primeiro século são um exemplo de decisões pessoais éticas nas quais a vida foi subordinada à fé em Deus e no cristianismo nascente.

Sendo uma pura actividade intelectual, a ponderação de valores ou ética substantiva é inteiramente livre, deverá ser sempre livre, como livre tem de ser todo o exercício do pensamento humano em todas as circunstâncias; esta liberdade de ponderação da auto-consciência é a própria essência da natureza específica do homem e da sua essencial dignidade.

Se o homem fosse um ser individual, vivendo apenas para si e sobre si, eu não teria mais nada a acrescentar ao tema: direito à liberdade ética? Sim, absoluto, sempre.

Mas a realidade é toda outra.

O homem não vive só, nunca está só.

Reconhece-se e realiza-se na relação com os outros seres humanos. Pelo que cada decisão minha implica o outro ou os outros. Até o suicídio que pode aparecer como uma decisão inteiramente pessoal.

Assim sendo a decisão ética não é apenas individual, não é apenas produto substantivo da minha inteligência reflexiva, mas é também relacional assumindo qualidade adjectiva; o outro vai avaliar a qualidade ética da minha decisão no plano da relação, vai definir a eticidade da decisão. *Ethic*, sem s, ou *ethical* é a forma inglesa para o que chamo eticidade e entre nós se chama, habitualmente, ética — e usando indistintamente a palavra ética quer como substantivo quer como adjectivo.

Direi numa frase só: que a ponderação de valores, a ética, é uma actividade livre da inteligência de cada um, mas a decisão dela resultante é avaliada eticamente pelo outro ou pelos outros (a sociedade) e tal avaliação condicional, de facto, a liberdade de decidir.

Esta redução da liberdade, que é real, não se torna evidente se cada um assumir como próprios os valores da sociedade em que está inserido e se estes valores estiverem presentes na ponderação ética individual.

O direito à liberdade ética exige, em primeiro lugar que não haja restrições físicas: por exemplo imaturidade corporal, como na infância, debilidade mental congénita ou adquirida, perturbação do exercício da inteligência reflexiva e da auto-consciência como no alcoolismo, na tóxico-dependência, nos estados depressivos, nas psicoses distímicas como a alexitimia, na paranóia, na demência senil; também em doenças orgânicas com alteração metabólica grave como a diabetes, a insuficiência renal, a insuficiência cardíaca e a insuficiência respiratória, o cérebro pode não estar em condições físicas que permitam um exercício livre da função de discernimento e de decisão ética após ponderação de valores.

O mesmo se pode dizer da situação de doença terminal, conhecida pelo próprio, em que a angústia da morte leva a um estreitamento do campo da

auto-consciência e a um despojamento de todos os valores, criando as condições para a decisão ética de pedir a eutanásia. Ou que, pelo contrário, conduz a uma expansão do campo da auto-consciência e à exaltação dos valores não-materiais, e permite a decisão ética de aceitar a morte sem angústia, com tranquilidade, até com alegria. Sócrates pode ser aqui referido.

Assim as constringências físicas e psico-afectivas condicionam o direito ao exercício livre da reflexão intelectual e, portanto, ao discernimento ético, à ética substantiva.

A interiorização e aceitação de valores sociais, tidos como indispensáveis à manutenção da coesão social e, portanto, ao próprio existir social, ao possibilitarem o juízo ético sobre a decisão do outro, avaliando a eticidade desta decisão em relação aos valores sociais, aos bons costumes, diria à moralidade social, constituem limites ao exercício livre da ética substantiva baseada nos valores pessoais.

Hans Jonas introduziu o conceito de responsabilidade pelo outro como valor individual e não como valor social e a sua ética da responsabilidade apresenta-se como uma ética das virtudes pessoais; não o acompanho mas não é esta a oportunidade para me justificar.

Se a minha aceitação dos valores da sociedade, da qual sou parte integrante e interessada, é uma aceitação livre então as minhas decisões, porque ponderam estes valores sociais, além de éticas são deontológicas porque geram deveres livremente aceites e praticados.

O mesmo direi dos valores provenientes do universo das religiões reveladas. A aceitação livre destes valores conduz-me a decisões livres de ética substantiva que condicionam comportamentos e deveres que são, igualmente, de natureza deontológica.

No entanto a sociedade, pelos seus órgãos executivos e de poder que são os governos, e a religião, pelos seus órgãos executivos e de poder que são as igrejas, podem propor valores que se apresentem inaceitáveis para uma consciência individual que, portanto, os não interioriza nem aceita.

Esta objecção da consciência individual é uma decisão de ética substantiva e portanto deve ser exercida com liberdade mas, também, com responsabilidade e coerência.

Quem objecta em sua consciência, por exemplo ao Serviço Militar, objecta a todas as formas de violência para a resolução de conflitos pessoais e sociais, recusa a pena de morte ou o abortamento sem justificação médica.

Tristram Engelhardt Jr. diz que nas sociedades democráticas e plurais os cidadãos são *moral strangers*, são moral e eticamente estranhos uns aos outros, à partida; e diz que as sociedades se constituem sobre o diálogo para

um consenso ético minimalista e que só este mínimo comum está fora da liberdade de exercício da ética substantiva.

Acompanho-o nesta análise. Mas penso que uma sociedade bem ordenada e com instituições justas no sentido de John Rawls e Paul Ricoeur deve ter uma constante acção pedagógica sobre os seus membros para que a eticidade intersubjectiva tenda para um máximo ético.

Sem paternalismos despropositados que infantilizem os membros do corpo social.

Com total respeito pelo direito à liberdade da ética substantiva.